

A Copa do Mundo e a geopolítica do gramado

» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB e coordenador do bacharelado em relações internacionais da Uninter



A Copa do Mundo nunca foi apenas futebol. É vitrine, ritual de prestígio, certificado de modernidade e instrumento de projeção internacional. Para muitos países, sediar o torneio significa dizer ao mundo que se chegou a outro patamar. O estádio, nesse sentido, é menos uma obra esportiva do que uma peça de diplomacia material. Nele, o país anfitrião tenta traduzir poder em imagem, infraestrutura em reputação e organização em influência.

O problema é que essa régua nunca é aplicada de maneira neutra. A Copa de 2026, organizada por Estados Unidos, México e Canadá, permite observar essa diferença com nitidez. A presença mexicana e canadense suaviza, em alguma medida, a imagem do torneio e dilui o peso político das controvérsias concentradas nos Estados Unidos, especialmente no tema migratório. Ainda assim, é nos Estados Unidos que aparece com mais força a assimetria entre o tratamento dispensado ao Norte Global e aquele imposto ao Sul Global.

Quando o Brasil recebeu a Copa de 2014, o chamado “padrão Fifa” apareceu como uma gramática de exigências quase civilizatórias. Não bastava ter futebol, torcida, tradição e capacidade de mobilização. Era preciso reformar ou construir estádios, adaptar centros de treinamento, ampliar aeroportos, organizar mobilidade urbana, redesenhar áreas de circulação, hotelaria, segurança, comunicação e operação. A Copa foi vendida como

oportunidade de modernização nacional, embora boa parte de seus custos tenha recaído sobre o poder público e sobre cidades que, depois, continuaram convivendo com problemas muito mais urgentes do que arenas modernas.

As manifestações de junho de 2013 nasceram de muitas causas, especialmente da insatisfação com transporte, serviços públicos e representação política. Ainda assim, a Copa funcionou como símbolo poderoso de uma inversão de prioridades. O país que precisava demonstrar competência ao mundo era o mesmo em que a população perguntava por que havia dinheiro para estádio e não havia a mesma urgência para escola, hospital, ônibus, metrô e moradia. O “padrão Fifa”, naquele contexto, tornou-se uma acusação popular. Se era possível exigir excelência para receber turistas, por que essa excelência não era exigida para a vida cotidiana dos brasileiros?

A preparação dos Estados Unidos para 2026 revela outra lógica. O país não precisou provar que era moderno. A modernidade foi presumida. Sua infraestrutura foi tratada como “primeiro mundo” antes mesmo de ser confrontada com as exigências concretas do futebol mundial. Essa é a chave do problema: no Brasil, o padrão Fifa foi apresentado como condição de ingresso na modernidade; nos Estados Unidos, a modernidade funcionou como alibi para flexibilizar o padrão.

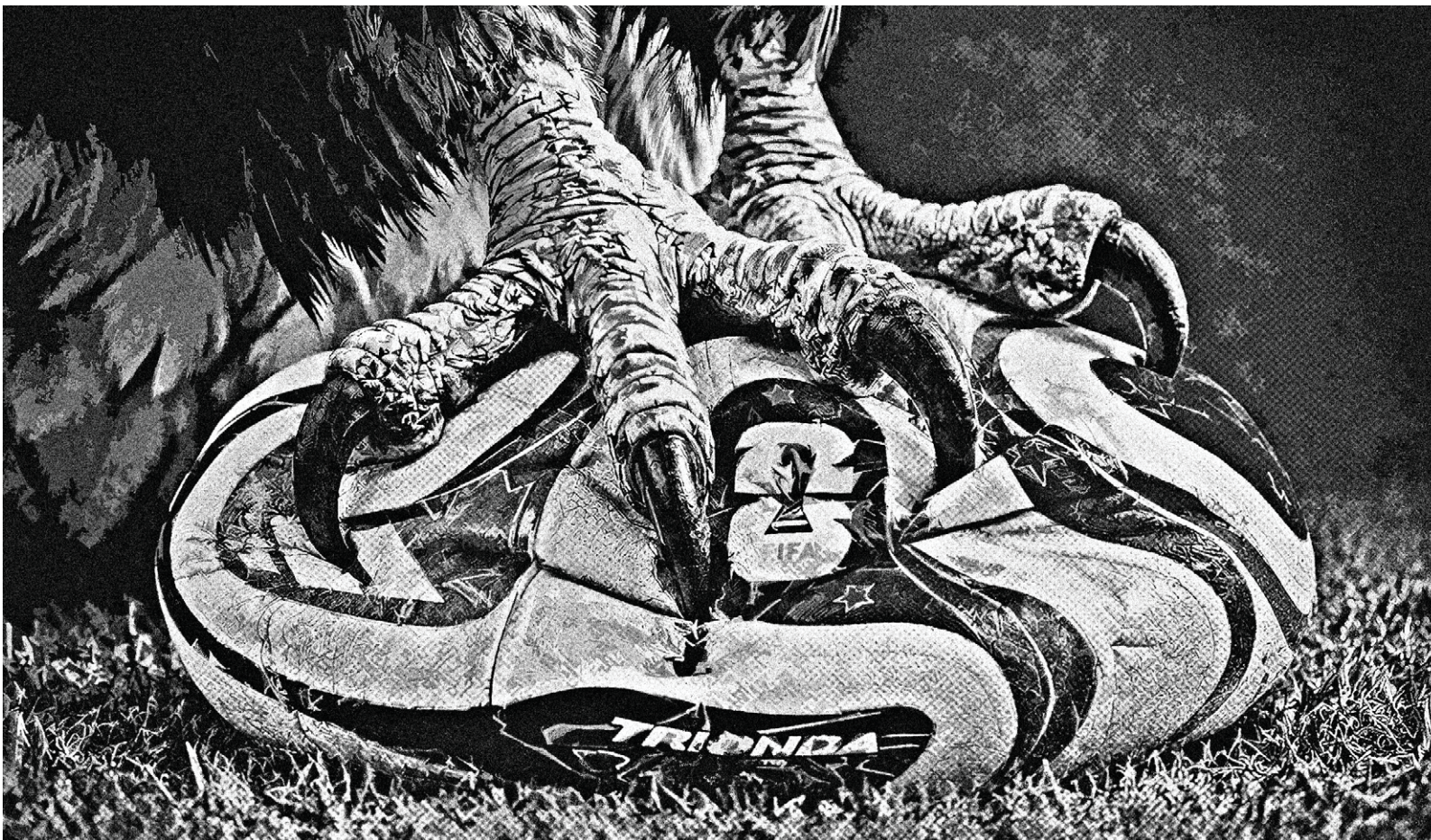
Muitas arenas escolhidas foram concebidas para o futebol americano, não para o futebol. Algumas exigiram adaptações de gramado, largura, visibilidade e operação. Houve, até muito perto do torneio, preocupação sobre dimensões de campo e sobre a conversão de estádios originalmente pensados para outro esporte. A Fifa recomenda campos de 105 por 68 metros, e a adaptação de estruturas da NFL mostrou que, no caso norte-americano, o mundo do futebol precisou se acomodar a uma infraestrutura já existente, não o contrário. Há também uma dimensão climática e

operacional. Estádios abertos, calor, umidade, tempestades e raios já vinham aparecendo como riscos concretos em eventos-teste e partidas preparatórias. Em vez da narrativa de despreparo estrutural que facilmente recairia sobre um país do Sul Global, o problema surge como contingência técnica, desafio logístico, detalhe administrável. Quando o anfitrião é poderoso, a falha tende a virar ajuste. Quando o anfitrião é periférico, o ajuste tende a virar prova de atraso.

O mesmo vale para a fronteira. Uma Copa do Mundo deveria produzir circulação, encontro e hospitalidade. No entanto, a edição de 2026 chega atravessada por restrições migratórias, constrangimentos em aeroportos, recusas de entrada e incertezas para árbitros, membros de delegações, jornalistas, torcedores e profissionais ligados ao evento. México e Canadá ajudam a compor uma narrativa regional mais aberta e plural, mas não eliminam a tradição central: parte decisiva do torneio ocorrerá em um país cuja política de fronteira pode constrianger justamente a promessa universalista do futebol. A bola é global, a catraca é nacional.

Essa é a ironia geopolítica da Copa de 2026. O torneio confirma que o futebol é um dos mais eficazes instrumentos de imagem global, ao mesmo tempo em que revela quem tem o direito de sediar sem ser examinado com lupa. O Brasil precisou se adequar ao “padrão Fifa” como quem presta vestibular de civilização. Os Estados Unidos recebem a Copa como quem incorpora o evento à própria escala, aos próprios estádios, às próprias fronteiras e às próprias regras.

No fim, a pergunta não é se a Copa fortalece a imagem de um país. Fortalece. A pergunta mais importante é quem define o padrão pelo qual essa imagem será julgada. A geopolítica do futebol está justamente aí, quando não se está apenas em sediar o espetáculo, e, sim, em ter poder suficiente para fazer do próprio limite uma exceção aceitável.



Pesquisa, diagnóstico e dignidade: o compromisso do MCTI com a saúde da mulher

» LUCIANA SANTOS
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação



Governar com sensibilidade é transformar o conhecimento científico em dignidade e qualidade de vida para as pessoas. Por muito tempo, as dores e os desafios da saúde menstrual e da endometriose foram tratados sob o manto da invisibilidade, relegados a um silêncio que penaliza milhões de mulheres, trabalhadoras e estudantes brasileiras. Neste mês de junho, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em um esforço conjunto com o Instituto Alana, deu um passo histórico para mudar essa realidade.

Anunciamos um investimento expressivo de R\$ 60 milhões dedicado integralmente ao desenvolvimento de pesquisas e inovações para agilizar o diagnóstico e dar maior eficácia ao tratamento da endometriose, dor pélvica crônica e saúde menstrual. Colocamos, assim, a ciência brasileira no centro da solução de um gargalo histórico do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse é o maior aporte da história do Ministério voltado para saúde da mulher e saúde menstrual. Estamos disponibilizando R\$ 50 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio de uma chamada

pública nacional, para apoiar pesquisas científicas de ponta e o desenvolvimento de tecnologias e produtos inovadores que mudem a realidade do enfrentamento da endometriose no Brasil.

Essa iniciativa ganha ainda mais força com a parceria estratégica do Instituto Alana, que aportará outros R\$ 10 milhões para a criação de uma rede nacional estruturante de pesquisa nessa área. Juntos, esses investimentos permitirão ampliar o conhecimento científico sobre a origem dessas doenças, fortalecer grupos de pesquisa em todo o país, desenvolver novos métodos de diagnóstico, aperfeiçoar tratamentos, estruturar biorrepositórios e compreender os impactos sociais e econômicos dessas condições.

A endometriose é uma doença que penaliza profundamente quem convive com ela. Além das dores físicas incapacitantes, impacta a saúde mental e a trajetória educacional e profissional das mulheres. Hoje, elas ainda enfrentam anos de espera para obter um diagnóstico correto, convivendo com estigmas e limitações que a ciência e a inovação brasileiras podem ajudar a enfrentar.

O lançamento dessa chamada é fruto de um processo rigoroso de construção coletiva, iniciado em 2025, quando o MCTI e o Instituto Alana firmaram um protocolo de intenções durante o Seminário Pesquisa e Inovação em Endometriose no Brasil. Desde então, pesquisadores, profissionais de saúde, gestores e a sociedade civil organizada têm trabalhado incansavelmente para transformar demandas históricas em ações concretas. Em especial, a dedicação e o empenho de Janja Lula da Silva e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, contribuem decisivamente

para que essa pauta ganhe mais protagonismo e receba um protocolo específico no SUS, o que nos permitirá salvar a vida de muitas mulheres.

Com a nova iniciativa, o MCTI reafirma a convicção de que a ciência deve estar a serviço da vida, do cuidado e da promoção da igualdade. Queremos promover a dignidade menstrual e garantir vida plena para milhões de brasileiras, produzindo soluções alinhadas às demandas do SUS e fortalecendo o Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

No governo do presidente Lula, ciência e saúde andam de mãos dadas. Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), temos apoiado o setor com todos os nossos instrumentos — via crédito, subvenção e recursos não reembolsáveis para Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs).

Desde o início da nossa gestão, já investimos mais de R\$ 6 bilhões em projetos na área de saúde, apoiando pesquisa, inovação e produção nacional de medicamentos, vacinas, equipamentos e insumos estratégicos para o SUS e reforçando a política industrial brasileira.

A pandemia recolocou no centro do debate a importância do domínio nacional de uma base produtiva em saúde. Da parte do Ministério, temos atuado no sentido de criar as condições para enfrentarmos um contexto de dependência externa, ao mesmo tempo em que cuidamos das pessoas.

É a ciência brasileira mostrando sua face mais humana, mobilizada para responder às necessidades reais do nosso povo e para construir um país mais justo, inclusivo e soberano. Cuidar das mulheres é também cuidar do futuro e do desenvolvimento do Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



O preço das consciências que governam o Brasil

Repetia o filósofo de Mondubim: “Quem se vende por dinheiro não merece o que recebe”. Em 18 de novembro de 2025, quando a Polícia Federal (PF) deteve o banqueiro Daniel Vorcaro no Aeroporto Internacional de Guarulhos a poucas horas de embarcar em um jato particular rumo a Dubai, esse ditado deixou de ser apenas sabedoria popular para se tornar o epítáfio moral de uma geração inteira de dirigentes que, em tese, deveriam guardar o interesse público. O escândalo do Banco Master é a fotografia em alta definição de um país capturado. As investigações da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF a pedido do Ministério Público Federal, já percorreram sete fases operacionais até maio de 2026. O que cada fase revelou foi progressivamente mais perturbador: uma rede de influência que atravessa o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e os governos estaduais da direita à esquerda, sem distinção partidária.

Poucos episódios recentes da vida política nacional conseguiram atingir tanta gente influente ao mesmo tempo, e de grupos políticos tão diferentes. Documentos enviados pela Receita Federal à CPI do Crime Organizado expuseram, em números frios e devastadores, o tamanho do que foi comprado. Entre 2022 e 2025, o Banco Master realizou repasses que somam dezenas de milhões de reais a escritórios de advocacia e consultorias vinculadas a figuras de alto escalão.

Todos os citados alegam que os pagamentos correspondem a serviços técnicos, consultorias econômicas ou trabalhos jurídicos formalizados com nota fiscal. Mas o que os números dizem é que o Banco Master, investigado por fraudes cujos créditos “nunca existiram na origem”, segundo o Banco Central, construiu sistematicamente uma rede de proteção milionária dentro das mais altas esferas do poder. O caso é mais grave do que parece à primeira leitura. Não se trata de um banqueiro que corrompeu alguns funcionários de segundo escalão. Daniel Vorcaro construiu uma teia de relações que atravessa governos Lula, Temer e Bolsonaro simultaneamente, o que significa que o problema não é ideológico. É sistêmico.

A CPI do Crime Organizado confirmou, ainda, o financiamento de R\$ 61 milhões de um valor acordado de R\$ 134 milhões para o filme *Dark Horse*, a cinebiografia de Jair Bolsonaro, negociado diretamente com o senador Flávio Bolsonaro (PL). Um banco que deveria estar sob rígida supervisão regulatória patrocinava a propaganda política de candidatos à Presidência da República. No campo regulatório, o ex-presidente do BC Roberto Campos Neto, segundo denúncia de sindicatos bancários, tinha conhecimento dos problemas de liquidez do Banco Master ao longo de 2024, mas evitou intervir em momentos decisivos. O Banco de Brasília (BRB), sob o governador Ibaneis Rocha, adquiriu mais de R\$ 12 bilhões em carteiras de crédito do Master, operação classificada pelo governador como “segura e estratégica”.

No Supremo Tribunal Federal (STF), a relatoria do caso oscilou entre sombras e luz. Sob o ministro Dias Toffoli, as investigações foram cercadas de sigilo, e os materiais apreendidos na Operação Compliance Zero foram lacrados — o que, na prática, paralisou análises cruciais. A mudança para a relatoria do ministro André Mendonça reabriu o caminho da PF, que voltou a ouvir suspeitos e testemunhas. Mas o dano à credibilidade institucional já estava feito.

A narrativa mais perigosa que pode emergir desse escândalo é a de que ele pertence a “um lado” da política. Não pertence. Os dados da Receita Federal atingem petistas, tucanos, peessedebistas, bolsonaristas e unionistas com a mesma impiedade. Quando o dinheiro é suficientemente grande — e R\$ 500 milhões são suficientemente grandes —, ele não escolhe partido, só escolhe poder. E é exatamente por isso que o caso Master é um terremoto: ele mostra que a compra de influência no Brasil não é exceção. É o método.

O que o Brasil recebe, quando seus representantes são comprados, é devastador: recebe um Estado aparelhado para servir a quem paga, e não a quem vota. Recebe reguladores que fecham os olhos. Recebe legisladores que apresentam emendas sob encomenda. Recebe ministros com contratos de seus cônjuges dependentes dos investigados. Recebe, em suma, a República.

Daniel Vorcaro está preso na Superintendência da PF em Brasília. Uma eventual delação premiada, como se discute nos bastidores judiciais, pode ser o maior terremoto político desde a Lava-Jato. A diferença é que, desta vez, os atingidos estão em todos os andares do poder simultaneamente. O Brasil precisa, urgentemente, de respostas à altura do tamanho do escândalo. Ou o preço a pagar, mais uma vez, será cobrado do cidadão do bem, que conhece e respeita os dizeres do filósofo de Mondubim.

A frase que foi pronunciada:

“Quando os homens são puros, as leis são desnecessárias; quando são corruptos, as leis são inúteis.”

Benjamin Disraeli

História de Brasília

Os supermercados, até hoje, não entraram em funcionamento, representando sério prejuízo para a população que superlota os dois estabelecimentos (únicos), provocando o excesso de gente e dificuldades para abastecimento. (Publicada em 22/5/1962)